

UNIMED FOZ DO IGUACU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

CNPJ: 81.697.419/0001-46

ATIVO

		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		30.916.699,98	25.024.503,79
Disponível	Nota 5	407.842,93	27.969,23
Realizável		30.508.857,05	24.996.534,56
Aplicações Financeiras	Nota 6	16.043.502,96	12.672.069,16
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		9.447.941,20	8.933.362,56
Aplicações Livres		6.595.561,76	3.738.706,60
Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde	Nota 7	11.468.535,92	8.069.543,18
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		8.124.934,93	7.289.180,24
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde-Corresponsabilidade Assumida		2.557.124,17	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		786.476,82	780.362,94
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion com Planos de Saúde da Operadora	Nota 8	386.801,42	2.293.958,41
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9	633.332,41	570.468,60
Bens e Títulos a Receber	Nota 10	1.931.750,13	1.351.344,20
Despesas Antecipadas		21.259,11	16.820,78
Conta Corrente com Cooperados		23.675,10	22.330,23
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.172.472,64	15.199.633,94
Realizável a Longo Prazo		1.099.398,86	6.247.810,13
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 11 a-b	1.099.398,86	5.691.553,24
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	Nota 11 c	-	556.256,89
Investimentos		1.895.838,53	1.268.147,54
Outros Investimentos	Nota 12	1.895.838,53	1.268.147,54
Imobilizado	Nota 13	8.147.194,99	7.647.549,67
Imóveis de Uso Próprio		6.143.236,26	5.997.733,69
Imóveis - Hospitalares		6.143.236,26	5.997.733,69
Imobilizado de Uso Próprio		2.003.958,73	1.649.815,98
Hospitalares / Hospitalares		1.214.990,14	1.163.852,41
Não Hospitalares		788.968,59	485.963,57
Intangível		30.040,26	36.126,60
TOTAL DO ATIVO		42.089.172,62	40.224.137,73

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Isidoro Antonio Villamayor Alvarez
PRESIDENTE
304.355.824-49

Rosângela Parmezan
CONTADORA
PR-34978/O-3

UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

CNPJ: 81.697.419/0001-46

PASSIVO

		31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE		23.816.594,94	21.099.422,44
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	Nota 14	16.833.941,09	15.200.114,46
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		7.554.778,81	6.884.838,02
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		607.520,53	636.635,19
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		3.034.062,35	2.485.657,50
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		5.637.579,40	5.192.983,75
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	Nota 15	856.092,99	877.257,41
Contraprestações / Prêmios a Restituir		134.363,25	129.797,30
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		717.380,69	747.460,11
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		4.349,05	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		134.363,25	129.797,30
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	Nota 16	259.864,88	973.051,88
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	Nota 17	1.590.478,22	1.338.947,91
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	Nota 18	-	46.903,74
Débitos Diversos	Nota 19	3.618.829,93	2.639.877,68
Conta-Corrente de Cooperados	Nota 20	657.387,83	23.469,36
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.098.974,79	8.921.144,01
Provisões		3.098.974,79	8.918.348,01
Provisões para Ações Judiciais	Nota 21	3.098.974,79	8.918.348,01
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	Nota 18	-	-
Outras Exigibilidade		-	2.796,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.173.602,89	10.203.571,28
Capital Social / Patrimônio Social	Nota 22.1	5.751.579,70	5.228.659,25
Reservas		6.854.772,99	4.974.912,03
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais	Nota 22.2	6.854.772,99	4.974.912,03
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	Nota 25	2.567.250,20	-
TOTAL DO PASSIVO		42.089.172,62	40.224.137,73

Isidoro Antonio Yamamayor Alvarez
PRESIDENTE
304.355.524-49

Rosineia Parmezan
CONTADOR(A)
PR-34.180-3

Oclair Custodio dos Santos
Atuario
MIBA 1985

UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

CNPJ: 81.697.419/0001-46

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO

	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	77.831.523,27	58.509.703,28
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	79.776.238,44	59.917.609,31
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	79.776.238,44	59.917.609,31
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(1.944.715,17)	(1.407.906,03)
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos	(67.562.118,82)	(53.076.994,31)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(67.117.523,17)	(52.398.935,73)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(444.595,65)	(678.058,58)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	10.269.404,45	5.432.708,97
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	859.552,22	529.401,43
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	5.299.721,37	5.728.983,59
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	4.442.971,27	3.721.529,88
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	795.124,43	1.898.118,01
Outras Receitas Operacionais	61.625,67	109.335,70
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	786.416,16	2.129.739,56
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(1.382.915,58)	(923.583,49)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	2.655.498,16	3.093.312,76
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(486.166,42)	(39.989,71)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	(5.326.993,33)	(5.613.367,80)
RESULTADO BRUTO	11.888.100,87	8.207.465,75
Despesas de Comercialização	(564.741,22)	(836.097,76)
Despesas Administrativas	(9.360.047,89)	(8.874.985,82)
Resultado Financeiro Líquido	2.373.916,22	1.485.751,76
Receitas Financeiras	3.216.945,46	1.753.100,69
Despesas Financeiras	(843.029,24)	(267.348,93)
Resultado Patrimonial	599.954,42	97.452,14
Receitas Patrimoniais	599.954,42	97.452,14
Despesas Patrimoniais		
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	4.937.182,40	79.586,07
Imposto de Renda	(353.993,56)	(269.035,56)
Contribuição Social	(136.077,68)	(105.492,80)
RESULTADO LÍQUIDO	4.447.111,16	(294.942,29)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Isidoro Antonio Villamayor Álvarez
PRESIDENTE
304.355/524-48

Rosineia Armezan
CONTÁBIL
PR-341/PRO-3

UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
81.697.419/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS

	31/12/2018			31/12/2017
	Atos cooperativos principais ingressos/dispêndios	Atos Auxiliares receitas/despesas	Total dos Atos	Total dos Atos
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	46.747.715,02	31.083.808,25	77.831.523,27	58.509.703,28
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	47.914.521,19	31.861.717,25	79.776.238,44	59.917.609,31
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	47.914.521,19	31.861.717,25	79.776.238,44	59.917.609,31
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(1.166.806,18)	(777.908,99)	(1.944.715,17)	(1.407.906,03)
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos	(40.538.748,81)	(27.023.370,01)	(67.562.118,82)	(53.076.994,31)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(40.269.722,64)	(26.847.800,53)	(67.117.523,17)	(52.398.935,73)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(269.026,17)	(175.569,48)	(444.595,65)	(678.058,58)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	6.208.966,21	4.060.438,24	10.269.404,45	5.432.708,97
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	405.434,35	454.117,87	859.552,22	529.401,43
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	3.873.865,56	1.425.855,81	5.299.721,37	5.728.983,59
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	3.446.372,20	996.599,07	4.442.971,27	3.721.529,88
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	427.493,36	367.631,07	795.124,43	1.898.118,01
Outras Receitas Operacionais	-	61.625,67	61.625,67	109.335,70
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	1.147.755,75	(386.070,13)	761.685,62	2.129.739,56
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(544.282,04)	(765.813,12)	(1.310.095,16)	(923.583,49)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	1.984.176,26	573.770,94	2.557.947,20	3.093.312,76
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(292.138,47)	(194.027,95)	(486.166,42)	(39.989,71)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	(3.840.162,53)	(1.462.100,26)	(5.302.262,79)	(5.613.367,80)
RESULTADO BRUTO	7.795.859,33	4.092.241,54	11.888.100,87	8.207.465,75
Despesas de Comercialização	(339.354,24)	(225.386,98)	(564.741,22)	(836.097,76)
Despesas Administrativas	(5.663.793,23)	(3.696.254,66)	(9.360.047,89)	(8.874.985,82)
Resultado Financeiro Líquido	867.616,91	1.506.299,31	2.373.916,22	1.485.751,76
Receitas Financeiras	1.376.858,02	1.840.087,44	3.216.945,46	1.753.100,69
Despesas Financeiras	(509.241,10)	(333.788,14)	(843.029,24)	(267.348,93)
Resultado Patrimonial	359.965,58	239.988,84	599.954,42	97.452,14
Receitas Patrimoniais	359.965,58	239.988,84	599.954,42	97.452,14
Despesas Patrimoniais	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	3.020.294,35	1.916.888,05	4.937.182,40	79.586,07
Imposto de Renda	-	(353.993,56)	(353.993,56)	(269.035,56)
Contribuição Social	-	(136.077,68)	(136.077,68)	(105.492,80)
RESULTADO LÍQUIDO	3.020.294,35	1.426.816,81	4.447.111,16	(294.942,29)
Destinação do Resultado:				
Reserva Legal 10% do A.C.P.	(302.029,43)	-	(302.029,43)	-
Fates 5% do A.C.P.	(151.014,72)	-	(151.014,72)	-
Fates ato não cooperativo	-	(1.426.816,81)	(1.426.816,81)	(271.305,73)
Absorção Gastos c/ Assist.Tec., Educ. e Social pelo Fates	-	-	-	549.069,27
Absorção Perdas pelo Fundo de Reserva	-	-	-	17.178,75
Sobras contábeis do exercício	2.567.250,20	-	2.567.250,20	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Isidoro Antonio Villar Mayor Alvarez
PRESIDENTE
304.355.524-49

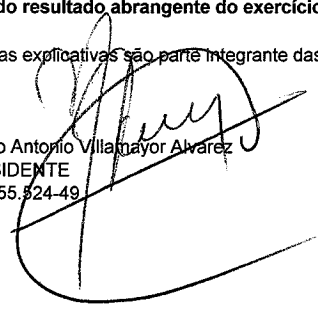
Rosineira Parmesan
CONTÁBIL
PR-341.870-3

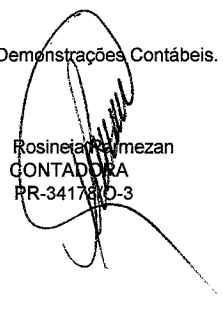
UNIMED FOZ DO IGUACU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
CNPJ: 81.697.419/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Atos cooperativos principais ingressos/dispêndios	Atos não cooperativos receitas/despesas	Total dos Atos	
Sobras Líquidas do Período	<u>3.020.294,35</u>	<u>1.426.816,81</u>	<u>4.447.111,16</u>	<u>(294.942,29)</u>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	156.854,43
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.020.294,35</u>	<u>1.426.816,81</u>	<u>4.447.111,16</u>	<u>410.981,41</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


Isidoro Antonio Villamayor Alvarez
PRESIDENTE
304.355.524-49


Rosineia Palmezan
CONTADORA
PR-34178/O-3

UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

81.697/419/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição das Mutações	RESERVAS DE CAPITAL / PATRIMONIAIS		RESERVAS DE SOBRES/LUCROS		SOBRAS / PERDAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	CAPITALIZAÇÃO	FUNDO DE RESERVA	FATOS	RESERVA DESENV. ECONOMICO		
Saldo Inicial em 01.01.2017	4.605.430,99	-	584.423,89	638.437,94	1.689.901,98	2.200.236,08	9.718.430,88
Deliberação da AGO	-	-	-	-	2.200.236,08	(2.200.236,08)	-
Aumento/Redução do Capital Social							
Integralizações de Capital	684.138,96	-	-	-	-	-	684.138,96
Por Devolução do Capital	(60.910,70)	-	-	-	-	-	(60.910,70)
Reserva de Capital Constituídas (discriminar)							
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas							
Utilização/Reverso do Fatos	-	-	-	(549.069,27)	-	549.069,27	-
Absorção de Perdas pelo Fundo de Reserva	-	-	-	(17.178,75)	-	17.178,75	-
Ajustes Exercícios Anteriores (saldo Inicial CPC 23)							
Retificação exercícios anteriores (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício							
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias							
Fatos Ato auxiliar	-	-	-	271.305,73	-	(271.305,73)	-
Fatos (5% sobras)	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva (10% sobras)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	156.854,43	-	-	(156.854,43)	-
Saldo Final em 31.12.2017	5.228.659,25	-	724.099,57	360.674,40	3.890.138,06	0,00	10.203.571,28
Deliberação da AGO de 2017	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução do Capital Social							
Integralizações e Incorporação Juros de Capital Por Devolução do Capital	531.878,84	-	-	-	-	-	531.878,84
Por Devolução do Capital	(8.958,39)	-	-	-	-	-	(8.958,39)
Reversões de Reservas							
Utilização/Reverso do Fatos	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Perdas pelo Fundo de Reserva	-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício							
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias							
Fatos Ato auxiliar	-	-	-	1.426.816,81	-	(1.426.816,81)	-
Fatos (5% sobras)	-	-	-	151.014,72	-	(151.014,72)	-
Fundo de Reserva (10% sobras)	-	-	302.029,43	-	-	(302.029,43)	-
Saldo Final em 31.12.2018	5.751.579,70	-	1.026.129,00	1.938.505,93	3.890.138,06	2.567.250,20	15.173.602,89

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Isidoro Almeida Villanavor Alvarez
PRESIDENTE
304.315.524-49

Rosineia Patrícia de
CONSELHEIRA
18-311.907-5

UNIMED FOZ DO IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

81.697.419/0001-46

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
MÉTODO DIRETO**

	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	88.699.328,58	58.794.927,08
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	599.954,42	1.166.119,56
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.604.625,57	6.838.490,26
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(71.840.278,90)	(46.354.097,91)
(-) Pagamento de Comissões	(22.838,30)	(216.535,93)
(-) Pagamento de Pessoal	(9.276.602,05)	(7.709.398,01)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(1.124.114,12)	(1.059.915,64)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(4.641.558,10)	(4.258.503,48)
(-) Pagamento de Tributos	(9.191.957,26)	(5.202.228,30)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.034.038,70)	(427.519,81)
(-) Pagamento de Aluguel	(170.409,24)	(133.010,28)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(169.947,59)	(422.871,24)
(-) Aplicações financeiras	(3.371.433,80)	654.204,24
(-) Outros Pagamentos Operacionais	2.986.824,13	(655.809,34)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.047.554,64	1.013.851,20
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Dividendos	(41.736,57)	16.895,34
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(670.886,77)	(1.308.006,19)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(387.470,41)	(234.557,16)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(5.225,00)	(13.637,10)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.105.318,75)	(1.539.305,11)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em dinheiro	531.878,84	684.138,96
(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(85.282,64)	(123.700,07)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(8.958,39)	(60.910,70)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	437.637,81	499.528,19
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	379.873,70	(25.925,72)
CAIXA - Saldo Inicial	27.969,23	53.894,95
CAIXA - Saldo Final	407.842,93	27.969,23
Ativos Livres no Início do Período (*)	3.766.675,83	5.839.657,61
Ativos Livres no Final do Período (*)	7.003.404,69	3.766.675,83
Aumento / (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSO LIVRES	3.236.728,86	(2.072.981,78)

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não vinculadas às provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isto é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido	4.447.111,16	(294.942,29)
<u>Ajuste ao resultado -</u>		
(+) Depreciação	558.711,86	485.136,57
(+) Amortização	11.311,34	9.162,52
(+) Juros sobre empréstimos	38.378,90	45.850,63
(+) Juros sobre capital próprio	633.918,47	-
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	(585.954,42)	(87.452,14)
Saldo Ajustado	5.103.477,31	157.755,29

Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional

Ativo

(-) Aumento (+) Redução das Aplicações financeiras	(3.371.433,80)	654.204,24
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	(3.398.992,74)	(1.122.682,23)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Plan	1.907.156,99	27.132,03
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	(62.863,81)	131.574,79
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	(580.405,93)	(170.654,58)
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	(4.438,33)	4.852,39
(-) Aumento (+) Redução de Conta Corrente com Cooperados	(1.344,87)	(497,75)
(-) Aumento (+) Redução de Depósitos Judiciais e Fiscais	4.592.154,38	(901.577,52)
(-) Aumento (+) Redução de Outras Valores e Bens	556.256,89	(9.282,77)

Passivo

(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	1.633.826,63	1.673.770,33
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(21.164,42)	52.483,45
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não R	(713.187,00)	(160.997,96)
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	251.530,31	47.926,35
(+) Aumento (-) Redução dos Debitos Diversos	979.152,25	(119.258,14)
(+) Aumento (-) Redução do Conta-Corrente de Cooperados ajuste JCP	-	(516.464,36)
(+) Aumento (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercíc	(5.819.373,22)	1.223.211,51
(+) Aumento (-) Redução das Outras Exigibilidades	(2.796,00)	(114.498,30)
(+) Aumento (-) Redução Ajuste de Exercício Anterior Diferença FAP-INSS	-	156.854,43

CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Isidoro Antonio Villamayor Alvarez
PRESIDENTE
304.355.524-49

Rosineia Parmezan
CONTADORA
PR-34178/O-3

1.047.554,64 **1.013.851,20**

UNIMED DE FOZ DO IGUAÇU

Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

CNPJ – 81.697.419/0001-46

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Todos os valores expressos em milhares de reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed de Foz do Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médica é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 181 médicos associados, serviço de Saúde Ocupacional, Serviços de Quimioterapia, 01 Hospital Próprio, 46 serviços credenciados (Hospitais, Clínicas, Fisioterapias e Laboratórios), além de participar da rede de Foz do Iguaçu/PR, onde está localizada sua sede administrativa, e do Sistema Unimed Estadual e Nacional.

2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 35.179-2.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas pela Operadora, substituindo a anteriormente apresentada, com o objetivo de contabilizar integralmente as operações de compartilhamento de riscos regulamentadas pela RN nº 430/2017 da ANS ocorridas no exercício de 2018, considerando informações de transações entre Unimed's conforme apurado pela Unimed do Brasil e conforme orientações passadas pela Unimed do Brasil a singulares que não haviam realizado a contabilização integral destas operações. A Unimed do Brasil disponibilizou os relatórios com as informações do compartilhamento de riscos através de um ambiente virtual (disco virtual) considerando os beneficiários transferidos e assumidos pela Unimed Foz do Iguaçu.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei 5.764/71 e das Normas Brasileiras de Contabilidade, e obedecem ainda aos padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de Fevereiro de 2012 e alterações posteriores, principalmente pela RN nº 418/2016, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as

Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A cooperativa também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem de acordo com os dados do DIOPS – Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Saúde, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, requerido pelo pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 08/02/2019 e foi dada pela Diretoria Executiva da Cooperativa. A reabertura das demonstrações contábeis para fins de aplicação da RN nº 430/2017 da ANS relativa ao compartilhamento de riscos entre operadoras de planos de saúde, foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 09 de setembro de 2019.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos, (líquidos de IRRF quando aplicável, auferidos até 31 de dezembro de 2018, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas. As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa.

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, sendo a contrapartida em: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (II) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares ou Autogestões, com exceção da operação de intercâmbio eventual, que referem-se a operações de atendimento de beneficiários de outras cooperativas do sistema Unimed de forma eventual, da qual a partir do exercício de 2012 deixou-se de contabilizar estas operações como prestações de serviços e passou-se a registrá-las contabilmente como operações de reembolso, exceto

quanto a taxa de administração e diferenças de tabela que permanecem em contas de resultado, em virtude da RN 314/2012, RN 390/2015 e RN 418/2016 da ANS.

A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO da RN 290, alterada pela RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017 da ANS da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- a) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- b) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- c) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

e) Conta Corrente com cooperados

Os créditos registrados com cooperados referem-se a adiantamentos que serão descontados de suas produções mensais futuras.

f) Investimentos

Os investimentos em outras sociedades estão registrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95, acrescidos dos valores incorporados de juros sobre capital, sobras e lucros conforme aplicável.

g) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base nas taxas que levam em conta vida útil, as quais estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado, com exceção dos terrenos que não sofrem depreciação.

h) Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos, que são amortizados usando-se método linear ao longo da vida útil. As amortizações foram calculadas com base na taxa de 20% a.a.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209/2009 da ANS e suas alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN 290/2012 e suas alterações.

k) Adequação RN 430

A Unimed Foz do Iguaçu, conforme requerido pela RN 430/2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os valores referentes ao período de janeiro a dezembro/2018 foram integralmente contabilizados no mês de dezembro/2018, com exceção dos registros de Glosas e Coparticipação das operações de corresponsabilidade transferida que não foram reclassificados para o grupo 3117, com base nas informações constantes nos relatórios disponibilizados pela Unimed do Brasil, que consideraram os arquivos de movimentação de atendimento de beneficiários entre Operadoras do sistema Unimed, relativo às transações de intercâmbio habitual (Beneficiário de uma operadora com o qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora de forma continuada), conforme ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed's Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram como a seguir:

Unimed Foz do Iguaçu como Prestadora (Operação com corresponsabilidade assumida)

Os custos dos atendimentos dos beneficiários de outras operadoras realizados no recurso próprio ou na rede credenciada, de forma habitual, foram registrados como "Eventos Indenizáveis" – Grupo 41112 do Plano de Contas da ANS, que representaram R\$ 22.730.107,50 no período de 2018. As faturas emitidas em corresponsabilidade assumida foram registradas como "Contraprestações Líquidas" – Grupo 311112 do Plano de Contas da ANS e representaram R\$ 23.725.158,16 no período de 2018.

Unimed Foz do Iguaçu como Operadora de origem do beneficiário (Operação com corresponsabilidade transferida)

Os custos dos atendimentos dos beneficiários da Unimed Foz do Iguaçu realizados em outras Operadoras, de forma habitual, foram registrados na conta redutora da receita "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde" – Grupo 3117 do Plano de Contas da ANS, que representaram R\$ 12.322.082,88 no período de 2018.

O saldo contábeis referentes à 31.12.2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017.

l) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

m) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

n) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ativos e Passivos contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

p) Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

q) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

r) Precificação utilizada pela operadora para o critério de rateio da rede assistencial própria

Os critérios de rateio utilizados na rede assistencial própria que opera no mesmo CNPJ da operadora foi o seguinte: Não foi registrada qualquer despesa dos denominados recursos próprios como despesa administrativa, ainda que seja relacionada à água, energia elétrica ou qualquer outro gasto com funcionamento. As despesas relacionadas aos meios próprios são registradas primeiramente no grupo 7 do plano de contas padrão da ANS e posteriormente reconhecidas como “Eventos Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde” quando beneficiários da operadora e “Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora,” quando não referem-se a beneficiários da operadora, sendo que o critério de precificação para rateio dos custos tem como base para usuários próprio a mesma Tabela utilizada para cobrança de atendimento usuário Intercambio Estadual publicada pela Unimed Federação Paraná, quando usuário Intercambio Nacional aplicado a Tabela de publicada pela Unimed Brasil e atendimento a usuários de demais convênios aplicado a Tabela CBHPM e acordos contratuais. A operadora mantém controle gerencial dos atendimentos aos seus beneficiários onde consta o CPF do beneficiário, o procedimento efetuado, o prestador que executou o serviço, a data e a precificação, de acordo com o preço praticado com a rede assistencial.

s) Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa esta organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

t) Normas Internacionais de Contabilidade

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da NBC TG 11 de Seguros e da ITG 10 do Imobilizado do qual não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações posteriores, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5) DISPONÍVEL

a) Caixa e Bancos

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários os valores de R\$ 407.842,93 em 31/12/2018.

6) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Unimed dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2018	%	2017
Caixa Econômica Federal	6.233.834,36	38,86%	5.882.432,36
Santander	3.214.106,84	20,03%	3.050.930,20
Total de Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas(*)	9.447.941,20	58,89%	8.933.362,56
Caixa Econômica Federal	3.427.141,79	21,36%	545.360,01
Itaú	3.168.419,97	19,75%	3.193.346,59
Total de Aplicações Financeiras Livres	6.595.561,76	41,11%	3.738.706,60
Total de Aplicações	16.043.502,96	100,00%	12.672.069,16

(*) – Aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS;

Referem-se a aplicações em títulos de renda fixa mantidos até o vencimento, registrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais estão registrados no resultado do exercício.

7) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Créditos de Operações com Assistência à Saúde	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	9.259.106,97	8.007.213,75
(-) Provisão para perdas sobre créditos	-1.134.172,04	-718.033,51
Total de Contraprestação pecuniária	8.124.934,93	7.289.180,24
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida (b)	2.557.124,17	0,00
Total de operadoras de Planos de Assistência à Saúde	2.557.124,17	0,00
Participação dos beneficiários nos eventos indenizáveis (c)	937.466,79	820.468,43
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	45.187,63	75.587,50
(-) Provisão para perdas sobre créditos	-196.177,60	-115.692,99
Total de Outros Créditos de Oper. c/ Planos de Assist. À Saúde	786.476,82	780.362,94
Total dos créditos a receber	11.468.535,92	8.069.543,18

(a) O saldo da conta "Contraprestação pecuniária a receber" refere-se a valores de mensalidade a receber referente a créditos com planos de saúde da operadora;

(b) O saldo da Conta Corresponsabilidade Assumida refere-se aos valores registrados de compartilhamento de risco de atendimento de usuários do Intercambio Atendimento Habitual, conforme norma da ANS RN 430/2017;

(c) O saldo da conta "Participação dos Beneficiários nos Eventos Indenizáveis" refere-se a valores de Coparticipação e outros opcionais do plano de saúde.

8) CRÉDITOS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

A composição dos "Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	2018	2017
Contas a Receber de Prestação de Serviços Médico-Hospitalar (a)	394.546,32	248.316,31
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-61.356,57	-93.177,32
Intercambio Atendimento Eventual a Receber (b)	52.731,67	2.137.927,37
(-) Provisão para perdas sobre créditos	0,00	-157,95
Outros Créditos de Prestação de Serviços a Receber (c)	880,00	1.050,00
(-) Provisão para perdas sobre créditos	0,00	0,00
Total	386.801,42	2.293.958,41

(a) O saldo da conta "Contas a receber" refere-se a valores de faturas a receber de atendimento a convênios e particulares-PF e cartão de créditos de atendimentos no Recurso Proprio-Hospital Unimed.

(b) O saldo da conta "Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual" refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras (Intercâmbio a receber), referente à prestação de serviços à saúde na forma de reembolso do valor custo do atendimento, acrescido de taxa de administração.

(c) O saldo da conta "Outros Créditos Operacionais de Prest. de Ser. Médico-Hospitalar" referem-se à fatura de contestação e recontestação dos custos no atendimento através do Intercambio entre as Unimed.

9) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	2018	2017
Provisão p/Imp. Renda Retido na Fonte	31.010,03	15.204,79
Imposto de renda a Compensar	593.914,72	553.909,71
Contribuição Social a Compensar	5.573,43	0,00
ISSQN a Recuperar	1.354,10	1.354,10
FGTS a Recuperar	1.480,13	0,00
Total de Créditos Tributários e Previdenciários	633.332,41	570.468,60

10) BENS E TÍTULOS A RECEBER

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2018	2017
Estoque Material Médico Hospitalar	1.231.556,38	880.891,87
Títulos a Receber	79.707,84	57.070,57
Cheques de Terceiros	22.623,32	22.623,32
Outros Créditos a Receber	696.357,72	490.354,91
(-) Provisão para perdas sobre créditos	-98.495,13	-99.596,47
Total de Bens e Títulos a Receber	1.931.750,13	1.351.344,20

Na conta "Outros Créditos a Receber" está registrado o valor das faturas a receber de cursos e palestras e repasse Pac-Serit Federação a receber dos cooperados.

11) ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) Depósitos Judiciais e Fiscais Tributos

DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - TRIBUTOS	2018	2017
Deposito judicial ISSQN	0,00	4.501.414,53
Total de Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	0,00	4.501.414,53

A partir de JAN/04, a cooperativa passou a recolher normalmente o ISSQN, calculado com base na receita de serviços, deduzida dos custos desses serviços, conforme prerrogativa dada pela Lei Complementar nº 90 de 17/JUN/03, no entanto, a partir de ABR/06, início da vigência da Lei Complementar nº 105, de 26/DEZ/05, houve a revogação do inciso I do Art. 350 da Lei Complementar nº 90 de 17/JUN/03, não permitindo mais que os custos dos serviços contratados fossem deduzidos da receita de serviços. Portanto, essa revogação fez com que a Cooperativa ingressasse com mandado de segurança contra a Secretária de Finanças do Município de Foz do Iguaçu, buscando suspender a bi-tributação do ISSQN, sendo que, por meio do referido mandado a Cooperativa iniciou os depósitos judiciais, o qual permaneceu até o ano de 2017. No ano de 2012 foi publicado sentença favorável a Unimed Foz, o qual permite deduzir da Receita Bruta os custos de cooperados e prestadores, mas o processo ainda tramitava na justiça, sendo questionada a isenção do ISSQN.

No decorrer do ano de 2014 foi solicitado em juízo o levantamento judicial dos valores das diferenças depositadas judicialmente no montante de R\$ 1.002.570, corrigido pelos índices utilizados pelo Município para cobrança de débitos tributários do ente, o qual houve despacho e efetivado o crédito no mês de dezembro 2014, no montante de R\$ 3.023.877,10, por prudência da Administração, mesmo tendo sido expedido alvará judicial com aplicação da correção do Município, pelo fato dos depósitos judiciais normalmente serem corrigidos pelo índice da Poupança, constituiu provisão dos montantes relativos a diferença de correção. Em dezembro de 2017 foi publicado o trânsito em julgado da decisão do processo, com a baixa dos autos do STJ e em agosto de 2018 foi determinado a conversão em renda dos depósitos judiciais em favor do Município, sendo que a partir dessa decisão a OPS procedeu com a baixa do depósito judicial.

b) Depósitos Judiciais Cíveis, Trabalhistas, ANS, SUS

DEPÓSITOS JUDICIAIS CIVEIS E TRABALHISTAS-SUS-ANS	2018	2017
Bloqueio Depósito Judicial ANS	517.504,61	516.757,79
Bloqueio Depósito Judicial Proc. Civil	274.620,39	249.385,69
Deposito Judicial Ressarcimento ao SUS	198.352,69	212.316,74
Deposito Judicial Taxa Saude Suplementar	32.747,87	101.249,57
Bloqueio Depósito Judicial Reclam. Trab	76.173,30	110.428,92
Total de Depósitos Judiciais e Fiscais	1.099.398,86	1.190.138,71

c) Outros Créditos a receber a longo prazo

OUTROS CREDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO	2018	2017
Reserva Financeira FAC	0,00	553.460,89
Reserva Financeira PAC	0,00	2.796,00
Total Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00	556.256,89

No ano de 2018 a Diretoria definiu a saída do FAC recebendo os valores de direito da Reserva Financeira. No ano de 2018 houve alterações no regulamento do PAC não apresentando mais a denominação de Reserva Financeira sendo esta rateada mensalmente pelos cooperados beneficiários deste plano.

12) INVESTIMENTOS

a) Quadro analítico

A Cooperativa possui as seguintes participações societárias avaliados pelo custo de aquisição:

Participações	2018	2017
Unimed Participações	430.263,85	331.730,62
Central Nacional Unimed	178.106,56	161.621,20
Unimed Estado do Paraná	1.252.556,80	741.247,00
Uniprime	26.503,19	25.140,59
Total de Participações	1.887.430,40	1.259.739,41
Direito uso Linha Telefônica	3.875,65	3.875,65
Obras de Arte	4.532,48	4.532,48
Outros Investimentos	8.408,13	8.408,13
Total Investimentos	1.895.838,53	1.268.147,54

13) IMOBILIZADO
Quadro resumo

Descrição	Depreciação	Em R\$ 1,00			
		31/dez/18			31/dez/17
		Custo	Depreciação/ Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	3.671.504,11	(1.360.032,05)	2.311.472,06	2.436.753,35
Terrenos	-	285.000,00	0,00	285.000,00	285.000,00
Construção Em Andamento	-	3.546.764,20	0,00	3.546.764,20	3.275.980,34
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares		7.503.268,31	(1.360.032,05)	6.143.236,26	5.997.733,69
Instalações	10%	34.818,03	(34.818,03)	0,00	202,61
Máquinas e Equipam.	10%	2.886.839,59	(1.973.973,17)	912.866,42	842.341,59
Móveis e Utensílios	10%	864.556,57	(562.432,85)	302.123,72	321.308,21
Veículos	20%	115.848,57	(115.848,57)	0,00	0,00
Bens Móveis - Hospitalares		3.902.062,76	(2.687.072,62)	1.214.990,14	1.163.852,41
Instalações	10%	14.450,16	(14.275,78)	174,38	395,89
Máquinas e Equipam.	10%	834.143,02	(473.907,97)	360.235,05	174.048,95
Eqtos Proces. Dados	10%	1.027.746,78	(809.100,93)	218.645,85	254.561,46
Móveis e Utensílios	10%	147.120,56	(115.803,32)	31.317,24	36.081,42
Veículos	20%	60.258,21	(55.683,18)	4.575,03	9.575,07
Bens Móveis - Não Hospitalares		2.083.718,73	(1.468.771,18)	614.947,55	474.662,79
Benfeitorias Propried.Terceiros	20%	276.606,44	(102.585,40)	174.021,04	11.300,78
Outras Imobilizações		276.606,44	(102.585,40)	174.021,04	11.300,78
Total – Imobilizado		13.765.656,24	(5.618.461,25)	8.147.194,99	7.647.549,67

a) Quadro resumo de movimentações

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2018				Valor Contábil Líquido
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285.000,00
Edifícios	2.436.753,35	12.914,77	0,00	(138.196,06)	0,00	2.311.472,06
Construção em andamento	3.275.980,34	311.783,86	0,00	0,00	(41.000,00)	3.546.764,20
Imóveis de Uso Próprio Hospitalar	5.997.733,69	324.698,63	0,00	(138.196,06)	(41.000,00)	6.143.236,26
Instalações	202,61	0,00	0,00	(202,61)	0,00	(0,00)
Máquinas e Equipamentos	842.341,59	312.315,00	0,00	(241.790,17)	0,00	912.866,42
Móveis e Utensílios	321.308,21	33.873,14	0,00	(53.057,63)	0,00	302.123,72
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis-Hospitalares	1.163.852,41	346.188,14	0,00	(295.050,41)	0,00	1.214.990,14
Instalações	395,89	0,00	0,00	(221,51)	0,00	174,38

Máquinas e Equipamentos	174.048,95	217.085,12	0,00	(30.899,02)	0,00	360.235,05
Equipamentos de Proces. Eletrônico	254.561,46	42.372,66	0,00	(78.288,27)	0,00	218.645,85
Móveis e Utensílios	36.081,42	3.405,05	0,00	(8.169,23)	0,00	31.317,24
Veículos	9.575,07	0,00	0,00	(5.000,04)	0,00	4.575,03
Benfeitorias Propried. Terceiros	11.300,78	124.607,58	0,00	(2.887,32)	41.000,00	174.021,04
Bens Moveis-Não hospitalares	485.963,57	387.470,41	0,00	(125.465,39)	41.000,00	788.968,59
Total do Imobilizado	7.647.549,67	1.058.357,18	0,00	(558.711,86)	0,00	8.147.194,99

b) Teste de Recuperabilidade

Conforme NBC TG 01 a Cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis do mesmo, levando-se em consideração a metodologia do fluxo de caixa descontado (teste de impairment). Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

14) PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS FINANCEIRAS

PROVISÃO TÉCNICAS DE OPER. DE ASSISTENCIA A SAUDE	2018	2017
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha – PPCNG (i)	7.554.778,81	6.884.838,02
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS(ii)	607.520,53	636.635,19
Provisão de Eventos a Liquidar (iii)	3.034.062,35	2.485.657,50
Provisão para Eventos Ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	5.637.579,40	5.192.983,75
Total das Provisões Técnicas – Passivo Circulante	16.833.941,09	15.200.114,46

i) Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

ii) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado mensalmente pelo valor informado no site da ANS.

iii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A RN 209/09, RN 393/2015 e alterações vigentes, da ANS determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à operadora. Foi publicada a RN 227/10 com alteração pela RN 274/2011, que determinou que as provisões para eventos a liquidar devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações posteriores, sendo opcional a vinculação para eventos que tenham sido avisados nos últimos 30 dias no caso de Operadora de Grande Porte e 60 dias para Operadora de Médio e Pequeno Porte. Já os eventos que tenham sido avisados nos últimos 60 dias decorrentes da utilização de serviços de assistência à saúde

de beneficiários de outra operadora por meio de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários estão dispensados da exigência.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Quadro demonstrativo de valores:

Provisão de Eventos a liquidar	2018	2017
Prestadores - Médicos Cooperados (a)	1.109.041,51	841.956,67
Prestadores - Rede Contratada (a)	1.922.754,88	1.572.078,35
Intercâmbio Eventual a pagar	913,71	71.214,34
Reembolso	1.352,25	408,14
Total	3.034.062,35	2.485.657,50

(a) No saldo das contas "Prestadores – Médicos Cooperados" e "Prestadores – Rede Contratada" estão inclusos valores referente a eventos de corresponsabilidade assumida.

iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 8 da RN 393/2015 da ANS e alterações posteriores, representa os eventos ocorridos, porém não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

A Entidade efetuou até 31 de dezembro de 2018 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados que representa o montante de R\$ 5.637.579,40, metodologia própria apurada por cálculo atuarial, o qual representa 100% da provisão exigida.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela ANS RN 209/2009, RN 227/2010, RN 313/2012, RN 392/15 e RN 393/15:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no ANEXO I da RN nº 209/2009, pelo capital base de R\$ 8.503.232,69 reajustado pelo IPCA em junho de cada ano.

O Capital da Cooperativa excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

b) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 6º da RN 209/2009 e RN 313/2012 da ANS, corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme disposto no inciso I do artigo 22 da mesma RN, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

I – 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido; ou

II – 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2.012 pela RN nº 313 resumindo-se da seguinte forma os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Até dezembro de 2012, 35% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2013 e novembro de 2013, 35% adicionado a proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em dezembro de 2014, 41% do valor da MS;
- Em 31 de dezembro de 2015 – 48,38%
- Em 31 de dezembro de 2016 – 55,76%
- Entre janeiro de 2017 e novembro de 2022, 43,62% adicionados a proporção cumulativa mensal de 0,615%;
- A partir de dezembro de 2022, 100% do valor da MS.

Em 31/12/2018 a margem de solvência total calculada é de R\$ 16.673.513,96 e o montante exigido na proporção de 70,52% é de R\$ 11.758.162,04, sendo que a entidade em 31 de dezembro de 2018 possui um Patrimônio Líquido, com os ajustes econômicos permitidos na IN 50/12 da ANS, de R\$ 14.339.098,80, estando suficiente em relação à proporção exigida pela ANS.

c) Garantias Financeiras

Necessidade de ativos garantidores totais em 31/12/2018, em R\$				
(+)			PEONA	5.637.579,40
(+)			PESL Ressarcimento ao SUS	607.520,53
(+)			PESL Prestadores de Serviços Assistenciais	3.034.062,35
(-)			Corresp. pela gestão de riscos (RN nº 392, art. 2º, VI)	- 860.998,38
(-)	RN 375 - Provisão x % de adimplência SUS	Provisão (%hc x ABI)	- 193.983,28	- 151.054,78
		% Adimplência SUS	77,87%	
(-)			Depósito Judicial Ressarcimento ao SUS	- 198.352,69
(=)			Total de ativos garantidores exigidos	8.068.756,43
			Ativos Garantidores Totais - Posição de 31/12/2018	9.447.941,20
			Suficiência	1.379.184,77
			Percentual de Suficiência	17,09%

As garantias financeiras vinculadas estão aplicadas no Fundo Dedicado à Saúde Suplementar - ANS, na Caixa Econômica Federal e Banco Santander .

15) DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2018	2017
Contraprestações Pecuniárias a Restituir (a)	134.363,25	129.797,30
Contraprestações Pecuniárias Recebidas Antecipadamente(b)	717.380,69	747.460,11
Intercâmbio a Pagar – Corresponsabilidade Transferida (c)	4.349,05	0,00
Total de Débitos de Operações de Assistência a Saúde	856.092,99	877.257,41

(a) - Registra os valores recebidos em duplicidade dos usuários do plano de saúde.

(b) - Registra os valores de cobrança das contraprestações pecuniárias faturadas e recebidas antecipadamente pro-rata dia.

(c) – Eventos de corresponsabilidade Transferida conforme RN 430/2017.

16) DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2018	2017
Honorários Médicos Cooperados	68.196,65	258.860,32
Prestadores de Serviço de Assistência a Saúde	191.668,23	714.191,56
Total de Débitos de Operações de Assistência a Saúde não Relacionados com Planos de Assistência á Saúde	259.964,88	973.051,88

Estes débitos referem-se a repasse de valores aos cooperados e prestadores por atendimento de beneficiários de outras Unimed's.

17) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

a) Quadro resumo

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2018	2017
Contribuição Social a Recolher	4.075,22	0,0
ISSQN a recolher	139.516,05	102.426,48
INSS a recolher s/salários	229.339,41	176.595,29
FGTS a recolher	70.351,30	61.842,80
PIS a Recolher	23.034,63	21.610,68
COFINS a Recolher	73.310,26	72.265,71
Contribuição Sindical a recolher	1.090,82	1.761,10
Retenções e Contribuições a Recolher	1.049.760,53	902.445,85
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	1.590.478,22	1.338.947,91

18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O empréstimo do banco Itaú foi obtido para quitação dos débitos vencidos até 31/12/2013 junto a ANS e SUS, quitado em sua totalidade no decorrer do ano de 2018. Demonstramos abaixo, as principais informações do contrato:

Banco	Início	2018	2017	Vencimento	Finalidade
Itaú	10/2014	0,00	46.903,74	10/2018	Quitação de Débitos Lei 12.996/14
Total		0,00	46.903,74		
Curto Prazo		0,00	46.903,74		

19) DÉBITOS DIVERSOS

Segue quadro resumo de saldos:

DEBITOS DIVERSOS	2018	2017
Salários a Pagar	299.640,95	261.089,78
Provisão de Férias a Pagar	954.772,89	844602,19
Rescisões a Pagar	0,00	0,00
Fornecedores de Material e Serviços a pagar	1.905.917,22	1.223.953,73
Deposito de Beneficiários e Terceiros	384.994,12	293.676,83
Empréstimo consignado, Processos Trabalhistas e Cíveis a pagar e Pensão descontada a pagar	73.504,75	16.355,15
Total de Débitos Diversos	3.618.829,93	2.639.677,68

20) CONTA CORRENTE COOPERADOS

Registra os valores de créditos dos cooperados com a cooperativa

CONTA CORRENTE COOPERADOS	2018	2017
Juros sobre capital	633.918,47	0,00
Quotas de capital a restituir	23.469,36	23.469,36
Total Conta Corrente Cooperados	657.387,83	23.469,36

21) PROVISÕES JUDICIAIS A LONGO PRAZO

Segue quadro resumo de saldos:

PROVISÕES AÇÕES JUDICIAIS	2018	2017
Provisão para Contingências Fiscais (a-1)	93.836,42	93.836,42
Provisão ISSQN (a-2)	0,00	4.501.414,53

Provisão dif. Dep. Judicial ISSQN (a-2)	0,00	1.399.553,12
Provisão Ações Cíveis (b)	2.241.067,89	2.317.522,10
Provisão ANS-SUS (b)	475.070,48	472.892,47
Provisão Reclamatórias Trabalhistas(b)	289.000,00	133.129,37
Total de Depósitos Judiciais e Fiscais	3.098.974,79	8.918.348,01

a) Provisões de tributos

a – 1) IRPJ

A cooperativa efetivou entrega DCOMP 117785861305090613021084 pleiteando a compensação de IR retido nas faturas plano PJ código 3280 no IRRF retido dos cooperados a pagar código retenção 0588 Valor original R\$ 31.576,34, declaração ainda em análise pelo órgão até o encerramento deste exercício.

a – 2) ISSQN

A cooperativa, baseada no entendimento de sua assessoria jurídica, não recolheu o ISSQN, conforme o código tributário municipal, que determina como base de cálculo desse tributo a receita total (atos cooperativos principais e auxiliares), indiscriminadamente.

Para fazer frente a este tributo a entidade efetuou depósito judicial na CEF classificado no Ativo Realizável a Longo Prazo no título "Depósitos Judiciais". No decorrer do ano de 2012 houve julgamento favorável a entidade, no entendimento de que a base de cálculo desse tributo é a receita total diminuído os valores de repasse a cooperados e prestadores de serviço (clínicas, hospitais, laboratório, fisioterapia) revertido o valor da diferença dos depósitos judiciais desta decisão e registrado como "Créditos Tributários" no montante de R\$ 1.002.570, conforme posição da assessoria jurídica o processo continua em questionamento na esfera STF, no tocante a base de cálculo, que pelo entendimento de se tratar de cooperativa, não há base de cálculo de ISSQN e continua para os anos subseqüentes efetivação de depósito judicial sobre a base de cálculo Receita Total diminuído dos valores de repasse a cooperados e prestadores. No decorrer do ano de 2014 foi solicitado em juízo o levantamento judicial dos valores das diferenças depositadas judicialmente no montante de R\$ 1.002.570, corrigido pelos índices utilizados pelo Município para cobrança de débitos tributários do ente, o qual houve despacho e efetivado o crédito no mês de dezembro 2014, no montante de R\$ 3.023.877,10, por prudência da Administração, mesmo tendo sido expedido alvará judicial com aplicação da correção do Município, pelo fato dos depósitos judiciais normalmente serem corrigidos pelo índice da Poupança, constitui provisão dos montantes relativos a diferença de correção que totalizava em 31/12/2017 o montante de R\$ 1.399.553,12. Como a assessoria jurídica entende que não há base de cálculo de ISSQN, o processo continua em discussão, sendo que os montantes provisionados e depositados desta parte totalizam R\$ 4.501.414,53, processo este com trânsito e julgado em 14/12/2017 o qual reconheceu o direito que a base de cálculo do ISSQN é a Receita Total deduzido os valores repassados a cooperados e prestadores pelo atendimento aos usuários, e em Agosto de 2018 foi determinado a conversão em renda dos depósitos judiciais em favor do Município, sendo que a partir dessa decisão a OPS procedeu com a baixa do depósito judicial e o processo foi extinto.

b) Contingências Cíveis, ANS e Trabalhistas

As ações cíveis que envolvem a cooperativa, e que são consideradas pela assessoria jurídica de provável e possível perda, estão resumidas no quadro abaixo:

Número de Ações	Vara (Cível / Trabalhista)	Provável/Possível	Valor Estimado
43	Cível	Provável	2.209.067,89
01	Prefeitura-Procon	Provável	32.000,00
21	Ressarcimento ao SUS – ANS	Provável	475.070,48
04	Trabalhista (1)	Provável	289.000,00
76	Cível	Possível	4.621.859,78
01	Prefeitura-Procon	Possível	156.000,00
01	Ressarcimento SUS/ANS	Possível	62.000,00
13	Trabalhista (2)	Possível	373.000,00

- (1) Um processo sem mensuração do valor impetrado Agravo de Petição;
- (2) Dois processos sem mensuração de valor, um com recurso TST e outro com recurso ordinário ainda não analisado pelo juiz;

Para estas ações a cooperativa possui em 31/12/2018, provisão para contingências cíveis no montante de R\$ 2.241.067,89, provisão para ANS no montante de R\$ 475.070,48, provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 289.000,00 e provisão para contingências fiscais - Fazenda Nacional no montante de R\$ 93.836,42.

Na data de 14/11/2017 a cooperativa fez a ADESÃO ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD, Portaria 400/2017 e PGFN 424/2017 de dívida constituída oriunda de cobrança administrativa e inscrição em dívida ativa junto a ANS e SUS para quitação a vista com vencimento em Jan/2018, a qual aguarda homologação com abatimento dos depósitos judiciais já efetivados.

22) CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

22.1) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido entre 181 cooperados, sendo que o valor da quota parte em 2018 para ingresso é de R\$ 12.000,00 e o valor do Capital Social integralizado em 31/12/2018 é de R\$ 5.751.579,70.

Conforme decisão em assembleia extraordinária, a partir de setembro de 2018 houve aporte de capital por parte dos cooperados no montante de 6% do produção bruta mensal de cada cooperado, para fazer frente a margem de solvência.

22.2) RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

a) **RATES (FATES) – Reserva (Fundo) de Assistência Técnica Educacional e Social**
 Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

b) **FUNDO DE RESERVA**
 Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

c) **RESERVA DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**
 Destinado 51,94% das sobras do ano de 2010, 100% das sobras 2014, 2015 e 2016, conforme decisão em assembleia, para investimentos futuros no desenvolvimento econômico da cooperativa.

23) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A cooperativa conforme disposição estatutária e legal efetua o crédito de juros sobre capital próprio a seus cooperados em 12% a.a. pro-rata dia.

Descrição	R\$
Capital Social Integralizado	5.751.579,70
Juros sobre capital	633.918,47

24) PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Resumo da apuração do Imposto de renda e Contribuição Social

PROVISÕES	2018	2017
(=) Sobra/Perda antes do IRPJ e CSLL	4.937.182,40	79.586,07
(+) Adições PPSC (diferença critério ANS/Receita Federal)	194.027,95	14.222,37
(+) Adição Provisão de Contingências	301.866,45	241.579,98
(+) Adição Depósito Judicial ISSQN	0,00	270.505,79
(+/-) Adição/Exclusão relativa ao ato cooperativo (i)	3.020.294,35	566.248,01
(-) Reversão Dep.Jud. ISSQN	900.808,21	0,00
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	1.511.974,24	1.172.142,22
(-) Compensação dos prejuízos fiscais	0,00	0,00
Base de Cálculo depois da compensação do prejuízo fiscal	1.511.974,24	1.172.142,22
IRPJ – 15% + (10% o que for superior a R\$ 240.000)	353.993,56	269.035,56
CSLL – 9%	136.077,68	105.492,80

(i)– Os critérios para apuração de atos cooperativos estão elencados no item (b) desta Nota Explicativa.

A Cooperativa não possui Ativo Fiscal Diferido em 31 de dezembro de 2018.

(b) Apuração de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

b-1) ATOS COOPERATIVOS

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.

A cooperativa para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como atos não cooperativos.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do FATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

b-2) CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE E SEGREGAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Sobre as Receitas de Contraprestações Emitidas e Corresponsabilidade Transferida de Assistência Médico-Hospitalar: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos Atos Cooperativos e Não Cooperativos sobre os Eventos Indenizáveis Líquidos, sendo o resultado desta equação aplicado as Receitas de Contraprestações Emitidas e Corresponsabilidade Transferida de Assistência Médico-Hospitalar.

Sobre as Despesas e Custos Indiretos: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos Atos Cooperativos e Não Cooperativos sobre a Totalidade das Receitas da Cooperativa, sendo o resultado desta equação aplicado as Despesas e Custos Indiretos.

Algumas receitas e despesas foram apuradas adotando-se critérios diferenciados, destacamos os principais itens abaixo:

- Receita de Aplicação Financeira que foi diretamente alocada como ato não cooperativo.

25) FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.447.111,16	(294.942,29)
- Resultado dos Atos Cooperativos Principais – ACP	3.020.294,35	(566.248,01)
- Resultado dos Atos Cooperativos Auxiliares – ACA / ANC	1.426.816,81	271.305,73
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS:		
- (-) Reserva Legal (10%)	(302.029,43)	0,00
- (-) FATES (5%)	(151.014,72)	0,00
- (-) FATES Atos Não Cooperativos	(1.426.816,81)	(271.305,73)
Reversão/Absorção do FATES	0,00	549.069,27
Reversão/Absorção do Fundo de Reserva (Ratificação Assembleia)	0,00	17.178,74
SOBRAS à DISPOSIÇÃO DA AGO	2.567.250,20	-0-

26) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Despesas com pessoal próprio (i)	4.608.670,00	3.871.684,81
Despesas com serviços de terceiros (ii)	2.056.836,38	2.078.646,67
Despesas com localização e funcionamento (iii)	1.363.997,42	1.347.053,09
Despesas com publicidade e propaganda	169.947,59	422.871,24
Despesas com tributos	208.735,96	291.478,79
Despesas multas administrativas	67.200,00	0,00
Despesas administrativas diversas (iv)	884.660,54	863.251,22
Total	9.360.047,89	8.874.985,82

- (i) Honorários dos conselhos administração, fiscal, ética, diretoria executiva, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;
- (ii) Serviços advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;
- (iii) Utilização e manutenção das instalações da UNIMED, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;
- (iv) São outras despesas administrativas não classificadas nos grupos anteriores, despesas com anúncios e publicações legais, donativos e contribuições à associações de classes, indenizações legais e judiciais, eventos e congressos, jornais e revistas

27) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2018	2017
Receitas Financeiras	3.216.945,46	1.753.100,69
Receitas com aplicações financeiras	922.137,01	1.166.119,56
Receitas por recebimento em atrasos	522.556,55	426.338,37
Receitas Financeiras Diversas	1.772.251,90	160.642,76
Despesas Financeiras	843.029,24	267.348,93
Descontos concedidos	79.074,89	112.620,92
Despesa com empréstimos e financiamentos	38.378,90	45.850,63
Despesas Financeiras e Encargos sobre Tributos	14.444,73	77.322,90
Juros s/Capital	633.918,47	0,00
Despesas Impostos e Transações Financeiras.	43.723,24	31.391,62
Despesas financeiras diversas	33.489,01	162,86
Resultado Financeiro Líquido	2.373.916,22	1.485.751,76

28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) - Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b) - Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

d) Risco da gestão da carteira de investimentos

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

29) COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de cobertura	Valor segurado
Complexo administrativo	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	600.000,00
Complexo hospitalar	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	15.000,000,00
Veículos	Indenização integral	100% Tabela Fipe (*)

(*) Para os Veículos (Ambulância) foi contratado somente cobertura para terceiros.

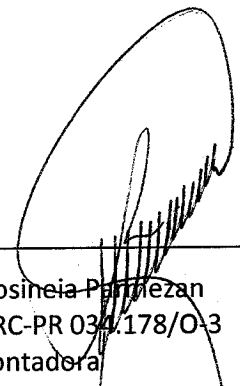
30) EVENTOS SUBSEQÜENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis 08/02/2019, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Foz do Iguaçu, 09 de setembro de 2019.



Isidoro Antonio Villamayor Alvarez
Diretor Presidente



Rosineia Parfizean
CRC-PR 034.178/O-3
Contadora

Foz do Iguaçu, 09 de Setembro de 2019.

À
Prospecta Auditores Associados S/S
Rua República Argentina nº 751 – Ponta Aguda
89050-101 – Blumenau – SC

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da UNIMED FOZ DO IGUACU OOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e os Fluxos de Caixa da UNIMED FOZ DO IGUACU OOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, reapresentada em substituição a anteriormente apresentada, com a contabilização integral das operações de compartilhamento de risco regulamentada pela RN 430/2017.

Para fins de identificação, as Demonstrações Contábeis 2018 substituídas e examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos, considerando a reapresentação das demonstrações contábeis para refletir a adoção dos procedimentos da RN nº 430/2017 da ANS:

	31/12/2018
Total do Ativo	42.089.172,62
Total das Exigibilidades (Passivo Circulante + Passivo Não circulante)	26.915.569,73
Patrimônio Líquido	15.173.602,89
Sobra Líquida exercício	2.567.250,20

Os montantes acima consignados concordarão com os livros da empresa após o fechamento das contas do exercício, quando as Demonstrações Contábeis serão transcritas no Livro Diário parte integrante da ECD, também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

A diferença apurada da sobra líquida do exercício no montante de R\$ 36.099,05 do resultado apurado após a retificação dos demonstrativos contábeis será registrada conforme decisão da Assembleia realizada em 23 de Março de 2019.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações transmitidas a Vossas Senhorias durante seu exame das demonstrações contábeis da UNIMED FOZ DO IGUAÇU OOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Na qualidade de administradores da empresa, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das Demonstrações Contábeis e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias.

Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os Fluxos de Caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente. Além disso, colocamos à disposição de Vossas Senhorias todos os livros contábeis e financeiros, bem como os de atas de reuniões (AGO e AGE quando aplicável) e do Conselho de Administração. Adicionalmente, todas as atas de reuniões (AGO e AGE quando aplicável) e do Conselho de Administração celebradas até esta data encontram-se incluídas nos respectivos registros. Essas atas refletem a totalidade das decisões aprovadas. Também foram fornecidos; acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros e documentação, e outros; informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria; e acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.

As Demonstrações Contábeis e/ou suas notas explicativas:

I Indicam ou registram:

1. Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Todas as obrigações e os passivos, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos.
3. Todos os compromissos firmados e informações pertinentes.
4. Todas as perdas esperadas em razão de circunstâncias já conhecidas.
5. Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

II Pressupõem que:

1. Todos os ativos são de propriedade da empresa e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
2. Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.
3. As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos.

4. Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Contábeis.
5. Que o sistema contábil e de controle interno adotado pela entidade é de responsabilidade da administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes.
6. Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas nas Demonstrações Contábeis.
7. Os efeitos das distorções não corrigidas são irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.
8. Os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis, inclusive aquelas avaliadas pelo valor justo, são razoáveis em relação as demonstrações contábeis.

Confirmamos a seguir o nome de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a empresa, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência:

- Waldemar Ernesto Feiertarg Junior
- Marcelo Rodrigues de Almeida

Além disso, não temos conhecimento:

1. De que membros da administração não tenham cumprido todas as leis, normas e regulamentos a que a empresa está sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da empresa.
2. De outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às Demonstrações Contábeis.
3. De que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa manteve transações.
4. De quaisquer fatos ocorridos nos exercícios auditados que possam afetar as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.
5. De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação.
6. De efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:
 - (a) Ações ou reclamações relevantes contra a empresa.

- (b) Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos.
- (c) Inadimplências contratuais que possam resultar em perdas para a empresa.
- (d) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.
- (e) Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, etc.

Também confirmamos que:

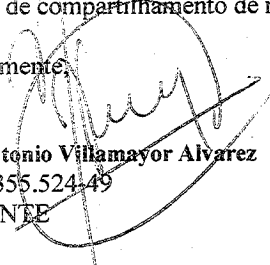
A política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da entidade é adequada às necessidades.

- a) Não houve fraude envolvendo administração ou funcionários em cargos de responsabilidades ou confiança;
- b) Não houve fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito relevante nas Demonstrações Contábeis;
- c) Não houve violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas Demonstrações Contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas;
- d) Não houve na avaliação de risco realizada pela empresa resultados que indicassem que as demonstrações contábeis possam ter distorção relevante como resultado de fraude;
- e) Todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude que afetem as demonstrações contábeis da entidade, comunicadas por empregados, antigos empregados, analistas, reguladores ou outros;

Além disso, não temos conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas Demonstrações Contábeis.

Todas as transações efetuadas no período foram devidamente registradas no sistema contábil de acordo com a legislação vigente. Todos os contratos em 31 de dezembro de 2018 estão adequadamente documentados e contabilizados nos registros contábeis e adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis. Não temos conhecimento da existência de quaisquer contratos que não tenham sido reportados a Vossas Senhorias e que não aconteceu qualquer outro evento que seja significativo ou que impactou de alguma forma nas demonstrações do período de 31/12/2018 até a data da reapresentação deste, além dos valores referente a contabilização integral das operações de compartilhamento de risco regulamentadas pela RN430/2017.

Atenciosamente,


Isidoro Antonio Villamayor Alvarez
CPF 304.355.524-49
PRESIDENTE


Rosineia Parmezan
CRC/34.178/O-3
CONTADORA

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no item 6.3.7, Capítulo I, do Anexo da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 290, de 27 de Fevereiro de 2012 e suas alterações posteriores, a **Unimed Foz do Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico**, com sede na Rua Belarmino de Mendonça, nº 62, Centro, no município e comarca de Foz do Iguaçu/PR, inscrita no CNPJ nº 81.697.419/0001-69, com registro na ANS sob o nº 35.1792, apresenta seu Relatório de Administração.

Este relatório esta substituindo o anteriormente apresentado, em decorrência a reabertura dos saldos do exercício 2018 com o objetivo de contabilizar integralmente as operações de compartilhamento de risco regulamentadas pela ANS RN 430/2017 conforme segue:

A) POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE LUCROS / SUPERÁVITS / SOBRAS

Conforme legislação cooperativista será colocada á disposição da Assembléia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada no dia 21 de março de 2019, as sobras do exercício findo, com ênfase que as sobras e os juros sejam incorporados ao capital social de cada cooperado para fazer frente à constituição de Margem de Solvência para atender as exigências da ANS da composição de 100% ate o ano de 2022.

B) NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E/OU EXTERNOS QUE TIVERAM INFLUÊNCIA NA "PERFORMANCE" DA SOCIEDADE/ ENTIDADE E/OU NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

- 1) Investimentos aplicados na sede do Recurso Próprio com a finalidade de redução de custos com serviços terceirizados;
- 2) A seguir, elencamos as principais ações e projetos desenvolvidos que influenciaram no desempenho desse exercício:

a) Consolidação das práticas comerciais que permitiram o aumento substancial do número de beneficiários, ultrapassando a marca de 23.000 vidas, promovendo renovação de carteira e aumento do faturamento.

b) Medidas de racionalização administrativa e governança corporativa, buscando melhorar o controle de custos, tanto da operadora e principalmente no Hospital Unimed.

3) Crescimento do patrimônio líquido da cooperativa a fim de fazer frente a crescente determinação da margem de solvência;

C) REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS E/OU ALTERAÇÕES DE CONTROLE DIRETO OU INDIRETO

Em relação ao quadro societário, no ano de 2018 houve 7 (sete) admissões e 03 (três) desligamento de cooperados.

D) PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O(S) EXERCÍCIO(S) SEGUINTE(S)

1) Dar continuidade no cumprimento de seu objeto social, buscando o fortalecimento do cooperativismo médico;

2) Manutenção e aprimoramento do treinamento, educação e integração continuada para os colaboradores e gestores da cooperativa;

3) Continuação da Implementação do Projeto de Digitalização de documentos.

4) Manter investimento na área tecnológica com objetivo de torná-la adequada às nossas necessidades atuais e futuras, com ênfase na segurança, agilidade e integridade dos dados;

5) Manter programa continuado de aprimoramento nas ações do departamento de auditoria médica, com utilização da medicina baseada em evidências, dos relatórios gerenciais, agilizando as autorizações e melhorando a qualidade no atendimento aos clientes;

A seguir destacamos os principais projetos, metas e ações para o próximo exercício:

OPERADORA: Implantação de novos produtos, que atendam as necessidades do mercado, especialmente das classes C e D, buscando ampliar a nossa carteira de beneficiários. Ampliação

de programas que robusteçam os critérios de gestão de saúde, assim como ampliação da negociação com prestadores.

HOSPITAL PRÓPRIO: Aprimorar os critérios para implantação de acreditação, implantação dos serviços de tomografia e ressonância.

Planejamos também para o próximo exercício, elaborar e aplicar um programa de desenvolvimento de competências para nossos colaboradores e dar continuidade às capacitações dos cooperados e dirigentes, visando à profissionalização e à disseminação de conhecimento e das boas práticas de gestão, o que inclui a inovação no desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como a busca pela excelência nas nossas operações.

E) DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS, OBJETIVO, MONTANTES E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS,

Os Investimentos foram realizados com recursos próprios da Cooperativa visando melhoria e agilidade na integração das informações na parte de tecnologia e o bem-estar dos beneficiários. Em relação às obras do hospital visam melhoria na qualidade de atendimento aos beneficiários do plano Unimed e de um oferecimento de mais trabalho aos médicos cooperados.

F) RESUMO DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

G) DECLARAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE FINANCEIRA E A INTENÇÃO DE MANTER, ATÉ O VENCIMENTO, OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Os ativos totais cresceram 4,64%, sendo que os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de Aplicação Financeira no montante de R\$ 16.043.502,96 há intenção de manter todos até o vencimento.

H) EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

**I) INVESTIMENTOS DA COMPANHIA EM SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS E
MENCIONAR A MODIFICAÇÕES OCORRIDAS DURANTE O EXERCÍCIO**

Item inaplicável.

Foz do Iguaçu, 09 de setembro de 2019.


Isidoro Antonio Villamayor Alvarez

DIRETOR-PRESIDENTE



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Cooperados da
UNIMED DE FOZ DO IGUAÇU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

Foz do Iguaçu - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED DE FOZ DO IGUAÇU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** (Cooperativa), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED DE FOZ DO IGUAÇU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 4 "d", a partir do exercício de 2012 a Unimed FOZ DO IGUAÇU alterou a prática contábil relativa a contabilização do Intercâmbio Eventual, que referem-se a operações de atendimento de beneficiários de outras cooperativas do sistema Unimed, deixando de contabilizar estas operações como prestações de serviços e passando a registrá-las contabilmente como operações de reembolso, sendo somente contabilizado no resultado do exercício a taxa de administração. Em virtude desta mudança de contabilização a Unimed FOZ DO IGUAÇU também mudou a metodologia de apuração do PIS e da COFINS relativas a estas operações a partir do exercício de 2012, não efetuando provisão contábil sobre estes tributos.

Os valores das contraprestações emitidas estão sendo registrados nas rubricas “Provisão de Prêmio/Contraprestações Não Ganha” e “Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde” sem analisar se a cobertura do risco do contrato inicia-se naquele mês, conforme estabelecido no item 8.2.2 da RN 430/2.017 do Anexo - Capítulo I - Normas Gerais. Dessa forma apesar de tal registro não afetar o Patrimônio Líquido e o Resultado do Exercício, este procedimento de contabilização poderá superavaliar as rubricas mencionadas, relativamente aos títulos emitidos até 31 de dezembro de 2018 cuja vigência do risco inicia-se em meses posteriores.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 08 de fevereiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação de opinião, e com parágrafos de ênfases, entre eles, a adoção parcial da RN nº 430/2017 da ANS, sobre as demonstrações contábeis da **UNIMED DE FOZ DO IGUAÇU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o assunto relativo à adoção dos procedimentos da RN nº 430/2017, que determina a forma como devem ser contabilizadas as operações de compartilhamento de gestão de riscos entre operadoras de planos de saúde. Conseqüentemente, a ênfase relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida foi alterada e, portanto, passa a ter a seguinte redação:

Conforme divulgado na nota explicativa nº 4 “k”, a Cooperativa procedeu a alteração da prática contábil para contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, conforme determina a RN nº 430/2017 da ANS. Os valores referentes ao período de janeiro a dezembro/2018 até então não classificados como compartilhamento de risco, foram integralmente contabilizados no mês de dezembro/2018, com base nas informações constantes nos relatórios disponibilizados pela Unimed do Brasil, que consideraram os arquivos de movimentação de atendimento de beneficiários entre Operadoras do sistema Unimed, os quais identificaram as operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed’s de Origem e Executora, refletindo de forma relevante nas contraprestações de planos de saúde e eventos indenizáveis líquidos, sem efeito material no Patrimônio Líquido, sendo que os saldos comparativos de 2017 não foram reapresentados, devido a adoção da norma de forma prospectiva, afetando a comparabilidade das informações.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau – SC, 09 de setembro de 2019.

Prospecta Auditores Associados S/S
CRC – SC 4487/O-7 S-PR



Valdecir Kofahl
Sócio Responsável Técnico
Contador – CRC-RS 060.387/O-0 S-PR